



## **GRUPO INTERSETORIAL DE ENFRENTAMENTO DAS CONDIÇÕES GERADORAS DE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL**

### ***RELATÓRIO SÍNTESE FINAL***

#### **I. INTRODUÇÃO**

Atendendo a uma determinação do Governador Antonio Augusto Anastasia, a Secretária de Estado de Educação, Ana Lúcia Almeida Gazzola, o Secretário de Estado de Defesa Social, Lafayette Luiz Doorgal de Andrada e o Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, Wander José Goddard Borges, instituíram, por meio da Resolução Conjunta SEE / SEDS / SEDESE N° 01/2011, um grupo de trabalho (GT) com a finalidade de, no prazo de 60 (sessenta dias), contados a partir de 02 de abril de 2011, propor medidas intersetoriais destinadas à identificação, prevenção e enfrentamento de fatores geradores de violência nas escolas públicas estaduais de Minas Gerais. A composição desse GT foi ampliada por meio da Resolução Conjunta SEE / SEDS / SEDESE / SES N° 02/2011, para assegurar a participação da Secretaria de Saúde no escopo dos trabalhos intersetoriais e com as incumbências previstas no texto da referida resolução.

São de ordens distintas as motivações para a instauração dessa pauta intersetorial, a saber: o reconhecimento, por parte do governo estadual, das várias condições geradoras de violência no ambiente escolar; constantes apelos da comunidade escolar da rede pública estadual relativamente às necessidades de prover maior segurança às escolas estaduais; demandas frequentes da sociedade civil, de órgãos públicos e entidades privadas; notícias e denúncias recorrentes sobre a ocorrência de atos de violência nos ambientes escolares – em seu espaço e no seu entorno; a reabertura de uma discussão para acirrada sobre a prática de “bullying” nas escolas brasileiras, tanto públicas quanto privadas; a constatação de que a disseminação desenfreada de uso de drogas ilícitas em todas as faixas etárias da população escolar representa uma ameaça freqüente e concreta para as condições de paz nas escolas do País; a concretização de um forte desejo de integração das políticas e ações públicas de nosso Estado para o enfrentamento da violência envolvendo crianças e adolescentes, tema este que ameaça e aflige, de forma crescente, distintos segmentos da população brasileira.

No decorrer dos trabalhos, evidenciaram-se episódios significativos de violência no ambiente escolar, notadamente o episódio de uma escola pública localizada em Realengo, Rio de Janeiro. Somados às estatísticas de crimes praticados contra crianças e jovens em nosso país, os fenômenos de violência ocorridos em ambiente escolar acabaram por merecer ações específicas e emergenciais dos órgãos públicos, tanto em caráter de prevenção como de promoção da cidadania e da paz social.

O presente relatório abordará essas questões nos seguintes tópicos: metodologia de trabalho, descrição e avaliação dos programas setoriais, diagnóstico e alinhamento conceitual, modos e metodologia de intervenção, rede de parcerias institucionais, propostas finais, conclusões e encaminhamentos.

## II. METODOLOGIA de TRABALHO

Além dos representantes formalmente indicados pelos titulares das pastas responsáveis pela constituição deste grupo intersetorial, todas as sessões de trabalho estiveram abertas a outros representantes desses órgãos, tanto por sua área de atuação, como pelo interesse e afinidade com as responsabilidades atribuídas ao GT. Dependendo da pauta temática, foram realizados seminários com representantes do poder judiciário, de universidades e escolas da rede pública estadual e municipal. Em paralelo, todos os órgãos integrantes deste GT fizeram-se representar tanto nas reuniões técnicas e nas audiências públicas regionais preparatórias do Fórum Técnico de Segurança nas Escolas – por uma Cultura de Paz, como também nas reuniões do FORPAZ, coordenado por membro da Defensoria Pública.

Foram convocadas e realizadas reuniões ampliadas, com duração mínima de 2 horas e periodicidade quinzenal / semanal, além de reuniões executivas, com duração e periodicidade variável (ver cronograma ao final deste item), contando sempre, no mínimo, com um representante de cada órgão ao qual se atribuía a tarefa de discutir a viabilidade e o teor das propostas discutidas no GT ampliado, para formatação preliminar e encaminhamento ao fórum ampliado. Os resultados obtidos nessas reuniões semanais eram submetidos ao grupo ampliado para discussão, aprovação e formatação final.

Durante a primeira reunião, realizada em 5 de abril, foram levantadas questões gerais envolvendo as atribuições e responsabilidades do GT, dentre as quais ressaltam-se: a necessidade de se elaborar diagnósticos sobre o tema da violência escolar; a identificação e (re)avaliação dos programas governamentais em curso que já atendem ao enfrentamento das condições geradoras de violência nas escolas; o mapeamento sobre a vulnerabilidade do sistema escolar, tanto do ponto de vista de recursos humanos como de equipamentos; iniciativas de capacitação continuada de pessoas em toda a rede escolar pública para enfrentamento dessas questões; ações em rede em curso e potenciais; estabelecimento e/ou fortalecimento de parcerias interinstitucionais não apenas para otimizar e potencializar as iniciativas setoriais, como também para propor programas inovadores e capazes de apresentar resultados concretos de prevenção e promoção da paz nos ambientes escolares.

A partir da segunda reunião, realizada em 19/4, foram apresentados e discutidos os programas e projetos considerados pertinentes ao tema do GT, conforme se abordará no item III deste relatório. No decorrer das apresentações, à medida que se conheciam e se discutiam as propostas setoriais, procedeu-se a um alinhamento conceitual (item IV), cujo embasamento se adensou com a realização de um seminário realizado em 03/05, envolvendo professores convidados da PUC-MG e da UFMG, especialistas na temática de enfrentamento da violência em Minas Gerais.

Uma vez concluídas as apresentações e discussões dos programas em curso e feito o alinhamento conceitual, o GT cumpriu estas fases de seu trabalho:

- Avaliação do conjunto dos programas e definição de possibilidades e viabilidade de integração e articulação dos programas sob a perspectiva de integração das redes setoriais já consolidadas;
- Alinhamento conceitual;
- Elaboração de propostas e definição de instrumentos e da cronologia de implementação, incluindo a composição e a realização de uma agenda de ações emergenciais;
- Elaboração e validação e encaminhamento deste relatório final aos Secretários de Estado.

No cronograma apresentado a seguir, detalham-se as reuniões ampliadas e as sessões executivas realizadas pelo GT.

Cronograma - reuniões ampliadas do GT		
Mês	Data	Horário
Abril	05/04/2011	09:00 h
Abril	19/04/2011	09:00 h
Maio	03/05/2011	09:00 h
Maio	11/05/2011	09:00 hs
Maio	18/05/2011	09:00 h
Maio	24/05/2011	14:00 h
Maio	30/05/2011	14:00 h
Cronograma - reuniões executivas do GT		
Mês	Data	Horário
Abril	11/04/2011	14:00 hs.
Abril	27/04/2011	14:00 hs.
Maio	12/05/2011	09:00 hs.

### III. DESCRIÇÃO e AVALIAÇÃO dos PROGRAMAS SETORIAIS

Apresentam-se, a seguir, de forma sumária, descritiva e analítica, os programas em curso desenvolvidos sob a perspectiva de proteção, prevenção e enfrentamento das condições geradoras de violência nas escolas da Rede Estadual de Ensino em Minas Gerais.

#### **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

##### *ESCOLA VIVA, COMUNIDADE ATIVA*

O Projeto Escola Viva, Comunidade Ativa (Anexo3) é voltado para o fortalecimento de escolas localizadas em áreas com índices de vulnerabilidade social e sujeitas a índices expressivos de violência. Atualmente participam do projeto 440 mil alunos de 501 escolas, localizadas em 103 municípios de todas as regiões de Minas. Hoje, em Belo Horizonte, são 107 escolas participantes na RMBH e, no interior, 280.

O Projeto recebeu, de 2003 a 2010, R\$ 106,1 milhões de investimentos na rede física, mobiliários, equipamentos e ações pedagógicas. Para este ano foram previstos investimentos de R\$3.637.460,00 (três milhões, seiscentos e trinta e sete mil, quatrocentos e sessenta reais).

Para alcançar seus objetivos, as escolas abrem suas portas aos finais de semana para a comunidade, mediante a oferta de oficinas variadas de artesanato, informática, esportes, palestras, atividades comunitárias, etc.

Em todas as escolas são realizados investimentos na infraestrutura física, aquisição de recursos didáticos, segurança patrimonial e informatização da escola, além de ações de caráter pedagógico, cultural, esportivo e artístico implantadas em parceria com instituições governamentais e não-governamentais. Ao longo dos anos de sua execução, o quadro de escolas atendidas foi sendo reconfigurado, em função dos resultados alcançados e do mapeamento de escolas que passaram a se enquadrar no perfil de vulnerabilidade. Pelos resultados positivos alcançados durante a execução do Programa, recomenda-se intensificar suas ações e estendê-las a, no mínimo, a uma escola situada em zona de vulnerabilidade social de municípios com baixo IDH, particularmente na região do grande norte do Estado.

## **SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

### *MEDIAÇÃO DE CONFLITOS*

O Programa Mediação de Conflito é desenvolvido pelo Núcleo de Resolução Pacífica de Conflitos da Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade, órgão da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais. Este Programa tem sua origem a partir da prática de extensão da Faculdade de Direito - UFMG (Programa Pólos de Cidadania), constituindo, atualmente, uma política pública da SEDS de recorte territorial e comunitário, que visa a empreender ações em mediação de conflitos, orientações sociojurídicas, articulação e fomento à organização comunitária e institucional. Abrange 24 comunidades nos municípios de Belo Horizonte, Região Metropolitana e interior de Minas Gerais.

Uma concepção essencial que fundamenta o Programa Mediação de Conflitos no âmbito da política estadual de prevenção à violência e à criminalidade é a compreensão de que esta prevenção social deve ter a comunidade como foco e que o crime não é o único problema da comunidade, estando relacionado a diversas formas de desvantagens e riscos sociais, principalmente nas comunidades com altas taxas de crime, o que permite ver o crime como resultado de uma variedade de fatores e condições que se interconectam. Para que seja revertido este cenário e os processos de criminalização sejam minimizados/ superados, todos estes fatores de risco devem ser objeto de abordagem com ações e projetos empreendidos.

Assim, o foco do trabalho é intervir nos fatores de risco fomentando a criação de fatores de proteção, possibilitando a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, e evitando que estes sejam propulsores de ações violentas e delituosas entre os participantes envolvidos. Além deste fator preventivo, busca-se agregar valores ao capital social preexistente e promover a cultura de paz baseada, sobretudo no exercício da cidadania e na garantia dos direitos humanos.

O Programa Mediação de Conflitos coloca-se como uma forma de acesso à justiça e compreende conflitos como situações de conflituosidades entre os indivíduos, mas também como a carência e a privação de acesso aos bens e serviços essenciais à convivência em comunidade. O Programa compõe-se de profissionais de formação diversificada das áreas de Ciências Sociais, Humanas e Sociais Aplicadas, que são supervisionados, técnica e metodologicamente, de modo contínuo e sistemático, garantindo a capacitação, qualificação e aperfeiçoamento das equipes técnicas que atuam nos Centros de Prevenção à Criminalidade (CPC).

## *PROJETO DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS – FICA VIVO!*

O Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! (Anexo 5), compõe a política de prevenção à criminalidade, atuando a partir da articulação de dois eixos de atuação – *Proteção Social* e *Intervenção Estratégica* – visando controlar e prevenir a ocorrência de homicídios dolosos em áreas que registram altos índices de criminalidade violenta em Minas Gerais.

Através do eixo Proteção social, O Programa Fica Vivo desenvolve ações de atendimentos, trabalho em rede, desenvolvimento de oficinas, desenvolvimento de projetos locais e institucionais. As oficinas são estratégias de aproximação e atendimento aos jovens articuladas às características das áreas atendidas, tais como: aspectos criminais, culturais, sociais, históricos e geográficos. Seus principais objetivos são: Prevenir a criminalidade; Promover e/ou facilitar a circulação dos jovens; Potencializar o acesso dos jovens aos serviços e aos espaços públicos; Garantir aos jovens o acesso ao esporte, lazer, cultura e formação profissional; Possibilitar a vivência do direito de ir e vir; Favorecer a inserção e a participação dos jovens em novas formas de grupos; Trabalhar temas relacionados à cidadania e aos direitos humanos; Possibilitar a criação de espaços de discussão e resolução de conflitos e rivalidades.

Através do eixo da Intervenção Estratégica, o Programa Fica Vivo desenvolve ações de repressão qualificada e desenvolver ações de proteção social, articulando-as a partir de uma concepção de prevenção à criminalidade, com os seguintes objetivos: Promover a operacionalização de ações de repressão qualificada, através de levantamento de inteligência policial e do *modus operandi* de alvos envolvidos com a dinâmica criminal dos locais onde o Programa está implantado; Fazer levantamento das gangues, identificando quem são seus membros, apresentando organogramas com a ligação entre eles e delimitando o território de atuação das mesmas. Isto com o objetivo de monitorar os frequentes enfrentamentos entre elas e a possibilidade de revide quando ocorre homicídio provocado por disputa de poder ou território entre estes grupos; Proporcionar a integração dos órgãos de Defesa Social e Sistema de Justiça Criminal; Identificar as demandas das instituições e encaminhar aos responsáveis fomentando uma rede de co-responsabilização;

Atualmente o Programa Fica Vivo! atende 13.072 jovens através do trabalho em 27 Centros de Prevenção a Criminalidade localizados nas cidades de Belo Horizonte (Barreiro, Minas Caixa, Jardim Leblon, Cabana, Morro das Pedras, Pedreira Prado Lopes, Conjunto Felicidade, Ribeiro de Abreu, Santa Lúcia, Serra, Taquaril), Betim (Citrolândia, Jardim Teresópolis, PTB), Contagem (Nova Contagem), Vespasiano (Morro Alto), Santa Luzia (Palmital e Via Colégio), Sabará (Nossa senhora de Fátima), Ribeirão das Neves (Rosaneves e Veneza), Montes Claros (Cidade Cristo Reis e Santos Reis), Governador Valadares, Ipatinga, Uberlândia e Uberaba.

## **POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS**

### *PROJETO MEDIAR*

O Projeto Mediar (Anexo 7) surgiu com o Núcleo de Mediação de Conflitos da Delegacia Regional de Polícia Leste, tendo iniciado suas atividades em setembro de 2006, com o objetivo de buscar uma forma amigável e colaborativa de resolução de controvérsias e novos canais de interrelacionamento e confiança entre a Polícia e a comunidade. Como os resultados da mediação foram exitosos em 2006 e 2007, foi possível a sua expansão para as demais cinco Delegacias Regionais de Polícia Civil, a saber: Noroeste, Sul, Centro, Venda Nova e Barreiro. Os Núcleos iniciaram seus atendimentos em maio de 2009, realizando **1.365** atendimentos. Na segunda fase de expansão do Projeto, no

período de 2009-2010, foram instalados os Núcleos de Betim, Santa Luzia, Vespasiano e da Delegacia do Idoso. Em 2010, os nove Núcleos do Mediar, realizaram **3.182** atendimentos (não se contabilizaram os atendimentos de Betim, pois, ali, o Núcleo começou suas atividades em janeiro de 2011).

Dos 3.182 atendimentos realizados em 2010, foram abrangidas 4.988 pessoas, sendo estas atendidas diretamente ou que foram beneficiadas ou atingidas indiretamente pela mediação. Observa-se que o Mediar demonstrou ter um grande alcance no que diz respeito à prevenção criminal, pois, mesmo que o indivíduo não tenha sido atendido no núcleo, ele foi de alguma maneira beneficiado ou então atingido pelos resultados alcançados na mediação, o que evita a reincidência, pois, dos 3182 atendimentos, apenas 23 foram reincidentes, ou seja, retornaram aos núcleos com novos casos para serem mediados, seja porque os acordos foram descumpridos por uma das partes, seja por necessidade de outras orientações. Os Núcleos atenderam 53% de demandas tipificadas como crime, somados a 12% de demandas tipificadas como contravenção. Entretanto, os Núcleos também atenderam as demandas atípicas quando não ocorreu o Registro de Evento de Defesa Social, correspondendo a 35% das demandas. Os dados demonstram, ainda, que a maioria dos mediados atendidos nos Núcleos apresentou relação de parentesco ou de vizinhança com o demandante, sendo 38% e 34%, respectivamente.

#### *PROJETO DROGAS: CONHECIMENTO PARA ESCOLHAS CONSCIENTES*

O Departamento de Investigação Antidrogas, da PCMG, por meio do Decreto 44.712, de 2008, criou a Coordenação de Prevenção e Ensino que tem por objetivo realizar atividades de prevenção junto às pessoas que supostamente nunca tiveram contato com a droga e intervenções junto àquelas que já a experimentaram, visando a evitar que um estado de dependência se estabeleça. As atividades de prevenção primária são desenvolvidas por meio de palestras, com distribuição de cartilhas educativas em escolas públicas e privadas, empresas, organizações não-governamentais, etc, onde se tem promovido a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas e suas consequências para os mais diversos tipos de públicos, especialmente os adolescentes. Já a prevenção secundária é realizada nas próprias dependências do Departamento, já que não se dispõe de um espaço adequado, através de orientação, aconselhamento e conscientização da pessoa em relação ao seu comportamento, visando a evitar a evolução para usos mais frequentes e prejudiciais. (Anexo8).

#### *PROJETO REDES SOCIAIS*

A importância deste projeto deve-se a demandas oriundas da esfera municipal, uma vez que se percebem desarticulados os diversos agentes sociais, o que pode ser solucionado por meio de uma rede social capaz de garantir a devida aplicação dos recursos públicos, esforços e trabalho em prol da sociedade, principalmente do menor carente, antes que ele se torne infrator. Assim, buscando-se junto às escolas municipais (1º ao 5º ano) a incidência de ocorrências escolares por indisciplina, retenção e defasagem na aprendizagem e os motivos para tal situação, encontrou-se, como resultado, a desorganização familiar, o acesso às drogas ilícitas, a falta de limites, ausência dos pais e familiares e a consequente violência física, moral e intelectual.

Atualmente, o projeto conta com 21 instituições parceiras, como CMDCA, CT, Polícia Civil, CEJOC, Creche Caminho Feliz, Instituto Camargo Corrêa, Instituto Lumar, entre outras, atendendo a creches e a escolas públicas municipais de Santana do Paraíso/MG. Seu principal objetivo é a mobilização social do poder público, de entidades sociais, associações de moradores e conselhos municipais para as ações de responsabilidade partilhada, formação, estreitamento de parcerias e a otimização dos recursos existentes na comunidade, possibilitando o desenvolvimento

de projetos sociais de prevenção ao abandono, antidrogadição, violência e, sobretudo, a garantia de direitos humanos em todos os segmentos da sociedade, em especial do menor.

Tanto pela concepção como pelos resultados positivos deste projeto, recomenda-se sua ampliação ao “colar” de Ipatinga e a utilização do modelo em outros municípios do Estado. (Anexo 9).

### *PROJETO PICHANÇA X GRAFITAGEM*

O Projeto Pichação X Grafite, implantado pela Delegacia de Polícia de Igarapé, consiste na **reversão da pichação**, produzida por cidadãos infratores que incentivam a poluição ambiental, depreciação de imóveis públicos e privados e geração de violência **pela arte do Grafite**, devidamente orientada por especialistas nos espaços públicos urbanos, para fins de recuperação da paisagem, ou patrimônio, melhoramento estético das cidades, lançando produtos diversos com a referida arte e prestação de serviços publicitários no mercado de consumo.

Trata-se de um empreendimento social que visa a ressocializar o cidadão infrator da pichação e alunos da rede pública de ensino com dificuldades de aprendizado e ajuste social, dando-lhes oportunidade de recuperar a dignidade humana e canalizando sua frustração expressa pela pichação, na arte do Grafite, como proposta de aprendizado profissional e desenvolvimento social. Por suas características, este projeto cumpre dupla função: combate atos de violência contra o patrimônio e promove reinserção social de jovens infratores.

Desta feita, pretende-se a consolidação do projeto, por meio da construção de uma oficina de grafite na cidade de Igarapé, bem como a expansão para outras cidades de RMBH, visando à interação social do jovem e a prevenção criminal. (Anexo10).

## **POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**

### *PROERD*

O Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) consiste num esforço cooperativo da Polícia Militar, Escola e Família, visando a prevenir o abuso de drogas e a prática de atos de violência entre estudantes do Ensino Fundamental e Médio das instituições educacionais, bem como nas comunidades, por meio de atividades educacionais em sala de aula, conduzidas pelo policial militar devidamente capacitado. O PROERD no Estado é aplicado por 712 policiais militares instrutores, presentes em 543 municípios e assistindo anualmente mais de 3.700 escolas públicas e particulares.

Tendo assistido mais de 1.900.000 pessoas com currículos educacionais direcionados para crianças, adolescentes e pais/responsáveis, seu sucesso perpassa pelo direcionamento de conteúdos devidamente preparados e destinados a públicos específicos, sob uma aplicação continuada no ambiente escolar, utilizando para tanto aulas interativas.

### *Jovens Construindo a Cidadania*

O Programa Jovens Construindo a Cidadania (JCC) é um movimento de protagonismo juvenil que desenvolve ações proativas de prevenção ao cometimento de crimes, atos infracionais, consumo de drogas e outras formas de violência.

O programa fomenta os valores positivos, a cidadania e estimula a auto-segurança no jovem, criando um ambiente escolar mais saudável livre das drogas da violência, por intermédio de ações e mudanças comportamentais que são desencadeadas por um grupo de alunos que atuam dentro da escola, sempre com a supervisão dos professores e orientação de um policial militar. O JCC é desenvolvido atualmente por 341 policiais militares orientadores e já assistiu 58.000 jovens adolescentes

### *Patrulha Escolar*

Conjunto de práticas policiais, constantes dos domínios do policiamento ostensivo e destinadas à proteção de pessoas e bens patrimoniais pertencentes à rede escolar pública estadual, por meio da oferta de programas e serviços de natureza preventiva e/ou repressiva, quando se constata a situação de desordem, medo, violência (*bullying*), crime, contravenção Penal ou infração administrativa, tanto dentro quanto no entorno das escolas, visando à melhoria daquele ambiente, ao aumento da qualidade de vida e da sensação de segurança.

As patrulhas escolares estão presentes em Minas Gerais como unidades comunitárias móveis, que utilizam viaturas policiais caracterizadas e compostas por guarnição policial básica devidamente qualificada para a segurança no ambiente escolar (interno e no entorno). O modelo de referência de Belo Horizonte foi implantado numa cooperação entre a Secretaria de Estado de Educação (SEE) e a PMMG em meados de 2003, com relevante sucesso. A partir de 2011 o serviço estará presente em aproximadamente 160 localidades do Estado.

## **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS**

### *BOMBEIRO MIRIM*

O principal objetivo deste programa (Anexo 13) é o de preparar os alunos para o enfrentamento de situações de emergência no campo da segurança contra incêndio e pânico, disseminando a cultura prevencionista do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG). É uma atividade sócio-educativa que agrega orientações e assistência para conduta positiva junto à sociedade. As atividades de prevenção englobam: prevenção contra incêndios, primeiros socorros, prevenção de afogamentos e dos vários tipos de acidentes, dentre eles os domésticos, os de trabalho e os de trânsito, assim como noções de proteção e prevenção no campo da defesa civil.

Dentro do contexto de responsabilidade social, verificada a degradação ambiental, o quadro de violência e criminalidade dos últimos anos e tantos outros males que assolam nossa sociedade, o CBMMG aproveita a convivência com as crianças e adolescentes como oportunidade para a disseminação de conhecimentos na área de convívio social, despertando também a consciência coletiva de preservação do meio ambiente, noções de saúde e de higiene, educação no trânsito, drogas e seus malefícios, cidadania, civismo e atividades recreativas.

O projeto baseia-se na estrutura física e nos recursos humanos do CBMMG e tem como público alvo crianças e adolescentes de 09 (nove) a 15 anos de ambos os sexos.

Para se integrarem ao projeto, os candidatos são selecionados através de uma avaliação sócio-econômica que dá prioridade, entre outros aspectos, à condição de baixa renda da família como forma de proporcionar aos menores um relacionamento sadio e produtivo, possibilitando, ainda, oportunidades para exercitar sua iniciativa, independência e busca de identidade.

O Projeto Bombeiro Mirim é mais uma das respostas positivas do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais às demandas sociais, pois, ao mesmo tempo em que provê a crianças e adolescentes atividades de ocupação sadia, evita-se que estes se tornem vulneráveis às ameaças que se lhes apresentam nos ambientes de marginalidade dos espaços públicos. Saliente-se que o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais desenvolve outros projetos, contudo, devido à necessidade de o Projeto Social funcionar em espaços das escolas, entende-se que o Projeto Bombeiro Mirim é o que se mostra mais adequado à realidade escolar.

## **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

### *Núcleo de Prevenção à Violência, Cultura da Paz e Promoção à Saúde/MG*

As atribuições do Núcleo Estadual de Prevenção, Cultura da Paz e Promoção à Saúde é divulgar a Política Nacional de Promoção à Saúde, qualificar a gestão para o trabalho de prevenção à violência, cultura da paz e promoção à saúde, promover e participar de políticas e ações intersetoriais e de redes sociais que tenham como objetivo a prevenção à violência e promoção da saúde, assessorar, qualificar e articular em rede as ações de prevenção à violência e promoção à saúde desenvolvidas pelos núcleos municipais, garantir a implantação e implementação da notificação de maus-tratos e outras violências, possibilitando a melhoria da qualidade da informação e participação nas redes estaduais e nacional de atenção integral para populações estratégicas, acompanhar e monitorar o desenvolvimento dos planos municipais de prevenção à violência e promoção da saúde, estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas estratégicas e articular as redes de capacitação em parceria com os pólos de educação loco – regionais.

### *NÚCLEO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE*

O Núcleo Estadual da Criança e do Adolescente visa promover a saúde e a qualidade de vida dos adolescentes e famílias através de ações de capacitação para profissionais da saúde do adolescente que tenham como fundamento a intersetorialidade, incorporação das peculiaridades locais e participação de diversos atores sociais. Trabalha a sexualidade, afetividade, relacionamentos (conflitos), prazeres e desprazeres em um contexto multidisciplinar. Os projetos são implantados a partir da elaboração de um diagnóstico situacional que localize os problemas, as potencialidades e os parceiros.

## **SECRETARIA DE ESTADO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

### *POUPANÇA JOVEM*

Um dos projetos estruturadores do Governo de Minas, o Programa Poupança Jovem (Anexo 15), inédito no país, foi criado em 2007 para atender alunos do ensino médio, matriculados nas escolas estaduais, visando contribuir efetivamente para quebrar o ciclo de perpetuação da pobreza. O Programa é coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, que também é responsável por sua metodologia e pelo acompanhamento e monitoramento das ações desenvolvidas em todos os seus níveis.

Este programa é voltado para jovens de áreas de alto risco social, que recebem uma poupança de R\$ 3 mil após o término dos três anos escolares do ensino médio. Para fazer jus à poupança, o aluno deve frequentar regularmente

as aulas, ter bom desempenho escolar, participar de atividades de real interesse para as comunidades, respeitar os valores da cidadania e não se envolver em crimes ou outras ações anti-sociais.

O objetivo do Programa é capacitar esses jovens para que planejem o seu próprio futuro e realizem suas aspirações pessoais e profissionais, ao mesmo tempo em que contribuem para melhorar a qualidade de vida nas comunidades onde vivem.

O Poupança Jovem já está presente em oito municípios (Sabará, Esmeraldas, Ribeirão das Neves, Ibirité, Juiz de Fora, Montes Claros, Governador Valadares e Teófilo Otoni), e alcançou, em 2010, a meta de atender 50 mil jovens mineiros, com acompanhamento permanente do seu rendimento escolar, juntamente com a oferta de programas culturais e cursos técnicos profissionalizantes e de inclusão digital, além de cursos de línguas estrangeiras, prática de esportes e formação de lideranças comunitárias.

#### *SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS*

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

O Suas organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

O Estado de Minas Gerais habilitou-se no SUAS por meio da assinatura do Pacto de Aprimoramento de Gestão com o Ministério do Desenvolvimento Social no ano de 2007, pactuando metas de co-financiamento da proteção social básica, ampliação do número de regionais da SEDESE e habilitação à gestão social na totalidade dos municípios do Estado.

- *CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS*

O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (Suas), dada sua capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS exerce a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos.

O principal serviço ofertado pelo Cras é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), cuja execução é obrigatória e exclusiva. Este consiste em um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Constitui, portanto, um importantíssimo equipamento público para proteção e prevenção relações sociais estáveis, cujo trabalho se reflete positivamente, ainda que de forma indireta, na estabilidade das relações humanas no ambiente escolar.

- *CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS*

O CREAS configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc). A oferta de atenção especializada e continuada deve ter como foco a família e a situação vivenciada. Essa atenção especializada tem como foco o acesso da família a direitos sócio-assistenciais, por meio da potencialização de recursos e capacidade de proteção.

No cumprimento de suas funções institucionais, o CREAS busca, também, a construção de um espaço de acolhida e escuta qualificada, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, priorizando a reconstrução de suas relações familiares. Dentro de seu contexto social, provê recursos para a superação da situação apresentada. Para o exercício de suas atividades, os serviços ofertados no CREAS desenvolvem-se de modo articulado com a rede de serviços da assistência social, órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas. A articulação no território é fundamental para fortalecer as possibilidades de inclusão da família em uma organização de proteção que possa contribuir para a reconstrução da situação vivida.

Por sua abrangência tanto local (municipal ou do Distrito Federal) quanto regional, a rede de CREAS assegura maior cobertura e eficiência na oferta do atendimento a famílias e indivíduos, refletindo-se, portanto, de modo bastante positivo, nas condições de vida das pessoas e nos direitos ao exercício pleno de sua cidadania, inclusive do público escolar.

#### **IV. DIAGNÓSTICO e ALINHAMENTO CONCEITUAL**

Por toda a polêmica que o tema desperta, desde a instalação dos trabalhos, estabeleceu-se um consenso entre os membros do GT de que se deve evitar o uso de termos como violência escolar e violência “da” ou “na escola”. Seria um equívoco considerar as instituições escolares como agentes ou meros receptáculos dos fenômenos de violência. É igualmente inadequado concebê-las como espaços vulneráveis e propícios às ações de violência. A escola pública, por sua própria constituição, natureza e missão pública, é um dos pilares da sociedade em todos os tempos; antes de tudo, é lugar de trocas construtivas de práticas e saberes, de respeito à diversidade, de reconhecimento de identidades, de instauração de inter-relações fundadas em princípios de boa convivência social com vistas ao interesse coletivo, pelos inúmeros benefícios gerados pelo acesso ao conhecimento em suas mais amplas dimensões e manifestações. Assim concebida, a instituição escolar deve assegurar as melhores condições de segurança a todos os indivíduos que a integram: alunos, professores, gestores e servidores técnicos, administrativos e operacionais. Segurança, no sentido mais lato do termo: segurança pessoal, física e patrimonial. Esse conceito também se estende, gradualmente, às questões afetas à segurança alimentar e nutricional, como uma importante condição de proteção, acesso e direito de crianças e adolescentes ao exercício de sua cidadania.

Por outro lado, também é consenso entre o GT que o ambiente escolar deve interagir positiva e produtivamente com as comunidades de seu entorno, sob pena de ele se fechar ao diálogo com a sociedade e ficar confinado entre seus próprios “muros”. Definitivamente não é isso que os diversos segmentos sociais esperam de nossas escolas públicas estaduais. A missão do trabalho educacional demanda abertura e interação constantes com outras instâncias sociais, pois, ao mesmo tempo em que as atividades e projetos pedagógicos formam os indivíduos para atuação em diversos contextos, a escola se alimenta, permanentemente, das demandas e dos anseios das comunidades e da sociedade em geral, instaurando-se, dessa forma um diálogo construtivo entre indivíduos e instituições empenhados em projetos inovadores e sustentáveis, de desenvolvimento humano, econômico e social.

Projetos de pesquisa de natureza eminentemente qualitativa que se desenvolvem no Núcleo de Estudos da Violência da PUC-Minas, coordenados pela professora Dra. Sandra Tosta, têm focado seus objetivos sobretudo na percepção que os professores têm acerca das condições do trabalho docente em escolas da rede pública e particular de ensino

da RMBH. Dentre as conclusões a que têm chegado os pesquisadores, ressaltam-se: a falta de formação de professores para enfrentamento das condições de violência nas escolas; a necessidade de humanização do ambiente escolar, mediante estratégias diversificadas, até porque faltam equipamentos públicos de lazer e de convivência; revisão dos projetos de gestão das escolas, incluindo-se aí, com prioridade, a implantação de projetos pedagógicos que respondam à realidade social, criando mais possibilidades de atrair crianças, adolescentes e jovens para seus espaços, com motivação e inovação; envolvimento de professores e gestores, valorizados e motivados, nesses projetos, que podem ser potencializados trabalhando-se em rede.

De outro lado, para definir com precisão, segurança e abrangência as políticas e ações intersetoriais do poder público estadual para enfrentamento dos múltiplos fenômenos presentes na realidade do ambiente escolar, é preciso levantar dados com o máximo rigor metodológico, de tal forma que os órgãos responsáveis por tais políticas e ações disponham de instrumentos para conhecer e compreender objetivamente os impactos dos programas em curso. Embasado em um conjunto de conclusões sobre os fenômenos geradores de violência em ambiente escolar apontadas em trabalho de pesquisa realizado e publicado em 2005, pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da UFMG, o GT considera de fundamental importância propor o desenho e a implantação de um sistema de coleta e monitoramento de dados que permita, conhecer, analisar e avaliar, dentre outras variáveis, questões como: ocorrências de conflitos entre os atores da comunidade escolar, com os detalhamentos relativos à natureza, objeto, percepções, espaços de incidências, etc; vinculação de eventos de violência ao consumo e comercialização de drogas lícitas e ilícitas; o papel dos órgãos de segurança nas instituições escolares; medidas adotadas pelas escolas no enfrentamento dessas questões; a vitimização de professores em ambiente escolar; o impacto de comportamentos violentos, assumidos por gestores e alunos, na estabilidade do ambiente escolar; as condições de permanência de alunos e profissionais da educação nas escolas e seu grau de interferência em fenômenos geradores de violência.

Considerados todos esses aspectos, o GT propõe, por meio deste instrumento, além da manutenção, revisão e/ou ampliação dos programas e projetos já desenvolvidos pelos órgãos que compõem este GT, conforme dados da planilha constante do item III deste relatório, a implementação de outras iniciativas de caráter intersetorial, destinadas à identificação, prevenção e enfrentamento de fatores geradores de violência nas escolas estaduais de Minas Gerais.

## **V. MODOS E METODOLOGIAS DE “INTERVENÇÃO”**

Observado o princípio geral de que todas as intervenções necessitam ser concebidas e implementadas de modo intersetorial, o GT propõe a consecução dos trabalhos à luz destes modos e metodologias:

- Após análise, avaliação e, se for o caso, validação e encaminhamento de propostas contidas no presente relatório, entende-se necessária a elaboração de um plano executivo e a instituição de um Grupo de Trabalho Intersetorial ao qual se atribuirão as responsabilidades inerentes à execução do referido plano.
- Para assegurar eficácia e organicidade aos programas e projetos propostos no âmbito deste GT, as ações deles decorrentes deverão ser formatadas por um GT executivo, que as submeterá à análise e aprovação final dos Secretários de Estado;
- Cumpridas essas etapas, o GT executivo proporá a composição de uma agenda intersetorial de enfrentamento das condições geradoras de violência nas escolas;
- De maneira subsidiária ao plano executivo, serão definidas as estratégias das ações em rede, tanto para redefinição dos programas em curso como para elaboração do desenho e a implantação de programas inovadores;

- As ações em rede pressupõem a identificação e mobilização de parcerias, já indicadas preliminarmente neste relatório, com órgãos e entidades do setor público e privado e do terceiro setor;
- Os recursos humanos e orçamentários destinados aos programas, projetos e ações em curso deverão ser otimizados e articulados, para assegurar o máximo de celeridade, eficácia e impacto no enfrentamento das condições geradoras de violência que ameaçam a paz nas escolas de Minas Gerais;
- As ações intersetoriais de formação e capacitação serão realizadas, prioritariamente, pela Escola de Formação da Secretaria de Educação;
- Todos os programas, projetos e ações intersetoriais decorrentes dos trabalhos desenvolvidos por este GT deverão estar articulados às políticas e aos projetos educacionais vigentes no Estado;
- A configuração da demanda / realização / contratação de estudos, pesquisas e monitoramento dos dados atinentes às condições geradoras de violência nas escolas públicas estaduais de Minas Gerais serão objeto de discussão do GT executivo e estarão sujeitas à aprovação dos Secretários de Estado que respondem pelas áreas afetadas por essa proposta.

## **VI. REDE DE PARCERIAS**

No decorrer dos trabalhos desenvolvidos pelo GT, estabeleceu-se o consenso em torno da evidente necessidade de se construir uma ampla rede de parcerias interinstitucionais, não apenas com o intuito de assegurar maior abrangência e legitimidade na concepção e implementação das propostas contidas neste relatório, como também pelas possibilidades de se identificar e valorizar iniciativas em curso já desencadeadas por outros órgãos dos três poderes – executivo, legislativo e judiciário –, por Conselhos, instituições públicas, privadas ou do terceiro setor. Em meio ao conjunto dessas iniciativas identificadas e reconhecidas publicamente, merece destaque a atuação dos órgãos mencionados a seguir:

- Outros órgãos governamentais do Estado de Minas Gerais;
- Fórum Técnico sobre segurança nas escolas, proposto e promovido pelas Comissões de Segurança e Educação da Assembléia Legislativa de Minas Gerais;
- Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- FORPAZ – Fórum de Promoção da Paz Escolar;
- Juizados Especiais;
- Ministério Público de Minas Gerais;
- Ordem dos Advogados do Brasil – seção MG e outros órgãos de classe profissional;
- Conselhos Estaduais;
- Conselhos Tutelares;
- Ministério da Educação;
- UNESCO / UNICEF;
- Prefeituras e organizações locais;
- União dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais – UNDIME;
- Universidades e centros de pesquisa;
- SERVAS;
- Fundações Culturais e Educacionais responsáveis por projetos de inclusão social e de proteção a crianças e adolescentes.

## **VII. PROPOSTAS FINAIS**

Cumpridas todas as etapas do trabalho descrito no presente relatório, o GT instituído por meio da Resolução Conjunta SEE / SEDS / SEDESE / SES / no. 02/2011 propõe um conjunto de medidas intersetoriais destinadas à identificação, prevenção e enfrentamento de fatores geradores de violência nas escolas públicas estaduais de Minas Gerais, aqui distribuídas em 5 (cinco) eixos, a saber:

**EIXO 1 – REALIZAÇÃO / CONTRATAÇÃO de ESTUDOS e PESQUISAS** para atualização permanente dos dados e elaboração de diagnósticos seguros, para fins de monitoramento em todo o território do Estado, com vistas a desenvolver programas estratégicos de intervenção nas escolas estaduais, sempre de forma integrada, pelos órgãos do Governo Estadual representados neste GT.

**EIXO 2 – FORMAÇÃO e CAPACITAÇÃO em MEDIAÇÃO e outros temas que atendam aos objetivos desta proposta temática** – oferta de seminários, cursos, oficinas e atividades de formação, capacitação e sensibilização, a serem desenvolvidos nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, cujo projeto será elaborado à parte, em conjunto com a Escola de Formação, após entrega e validação deste relatório. Em caráter emergencial, será realizada, em junho/2011, uma jornada de sensibilização sobre mediação de conflitos, destinada aos 47 diretores de Superintendências Regionais de Ensino (agenda intersetorial constante do Anexo 16). Com esta iniciativa, se concretizará a primeira ação deste segundo eixo. Sugere-se que outras ações emergenciais (oferta de cursos e oficinas) sejam implantadas a partir de agosto/2011. Propõe-se, também, a realização dos Programas: Mediação Escolar e Mediadores Mirins. O GT propõe, finalmente, neste eixo, a capacitação de gestores escolares em temas como “Gestão para a paz” e atividades que promovam intercâmbio de gestores, professores e estudantes para difundir experiências bem sucedidas no enfrentamento das condições geradoras de violência.

**EIXO 3 – AMPLIAÇÃO / IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS INTERSETORIAIS**, sempre instruídos de estudos de impacto, abrangência, factibilidade a médio e longo prazo, previsão orçamentária, etc.. Estimular e apoiar programas e atividades de contraturno ou tempo integral que possibilitem a permanência dos estudantes nas escolas ou em instituições parceiras. Indicam-se como iniciativas emergenciais o fortalecimento e ampliação dos Programas listados na planilha do item III deste relatório, com destaque para o Programa Escola Viva, Comunidade Ativa, que necessita ganhar escala, sobretudo para atender às necessidades do “Grande Norte” do Estado e de zonas de vulnerabilidade identificadas mais recentemente.

**EIXO 4 – SEGURANÇA e INFRAESTRUTURA** – propõe-se reforçar a dotação orçamentária destinada a atender às demandas de reforma de espaço físico e de instalação de equipamentos eletrônicos de controle e monitoramento de segurança nas escolas que apresentarem suas demandas adequadamente embasadas e justificadas. Propõe-se, também, a expansão e manutenção da frota que atende ao policiamento escolar, visando a assegurar patamares crescentes de cobertura em toda a rede escolar pública estadual.

**EIXO 5 – DIVULGAÇÃO e COMUNICAÇÃO:**

- desenho e lançamento de uma ampla campanha institucional abrangendo todo o território do Estado com divulgação pela grande mídia televisiva;
- levantamento, avaliação e distribuição de materiais instrucionais e pedagógicos (livros, cartilhas, folders, etc) em meio físico e virtual;
- alimentação permanente das páginas web dos órgãos de governo com iniciativas que apoiem as escolas e as comunidades no enfrentamento das ações de violência;

- interação permanente com os órgãos de imprensa, buscando parcerias que contribuam para a disseminação da cultura de paz nas escolas.

## **VIII. CONCLUSÕES e ENCAMINHAMENTOS**

A dimensão, abrangência, diversidade e complexidade da rede estadual de escolas públicas, compreendendo atualmente 3.778 escolas em todo o território do Estado de Minas Gerais, demandam, do poder público estadual, ações incisivas e inovadoras para enfrentamento das condições geradoras de violência no ambiente escolar. Como se evidenciou neste relatório, é sabido que o poder público executivo estadual, nos últimos 8 anos, tem desenvolvido um montante significativo de programas e projetos de apoio à rede escolar, sem os quais a sociedade teria que enfrentar, com altíssimo grau de vulnerabilidade, situações absolutamente indesejáveis decorrentes de fenômenos de violência e de ações criminais que afetam negativamente o cotidiano de nossa sociedade.

Entretanto, por sua própria natureza setorial e pelas demandas apresentadas e atendidas, tais iniciativas nem sempre atingiram a eficácia pretendida ou a escala necessária. Em decorrência desse diagnóstico, o GT conclui pela necessidade de que os programas setoriais aqui listados sejam permanentemente reavaliados e desenvolvidos de forma articulada com os poderes Legislativo e Judiciário, bem como com distintos segmentos da sociedade civil, buscando ampliar as redes de parceiros, para assegurar a construção de propostas e implementação de ações que, ao otimizar os recursos humanos, de infraestrutura e orçamentários, ganhem a necessária escala e a densidade capazes de atender à complexidade crescente das demandas sociais. Nesse sentido, faz-se urgente dar prosseguimento na identificação minuciosa de interfaces programáticas, o que garantirá, de um lado, maior organicidade e eficácia às ações governamentais e, de outro, o surgimento de propostas inovadoras de enfrentamento das condições que abalam o cotidiano das escolas estaduais de Minas Gerais. Para cumprir essa agenda, as ações intersetoriais irão beneficiar-se das redes já consolidadas: Educação, Defesa Social, Desenvolvimento Social e Saúde – por meio de suas políticas e instrumentos definidos no Plano de Governo.